

Ata da 7ª Reunião Ordinária do CGSJ - Biênio 2013-2015

Data: 19/02/2014

Horário: 16 horas

Local: Sala ao lado do Auditório do Paço Municipal (Foyer), Avenida da Liberdade, s/nº, 8º andar, Ala Norte, Bairro Jardim Botânico.

Pauta:

- 1) Aprovação das atas anteriores;
- 2) Justificativas de faltas;
- 3) Ofícios elaborados e encaminhados
- 4) Pareceres da Câmara Técnica
- 5) Outros assuntos.

Verificado o quórum exigido pela Lei Complementar nº 417/2004, a reunião foi aberta pela Sra. Presidente, Rosana Ferrari. **1) Aprovação das Atas anteriores:** A Ata da 5ª reunião foi aprovada. A Sra. Presidente fez a leitura da Ata da 6ª reunião, informando aos conselheiros que, apesar de não ter havia o quórum necessário para a referida reunião, os membros presentes aproveitaram para discutir alguns temas de interesse do Conselho. Após a leitura o Sr. Flávio Gramolelli Júnior solicitou a correção de uma fala sua, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. **2) Justificativas de faltas:** Foram apresentadas as justificativas dos conselheiros Yone Candioto, Daniel Silva, Maria Romilda Mariotti, Rodrigo Salva e Nivaldo Callegari (reunião de 15.01.2014) e Florisvaldo Roberto (reunião de 19.02.2014). **3) Ofícios elaborados e encaminhados:** **3)** A Sra. Presidente fez uma inversão na ordem da pauta e colocou em votação os **Pareceres da Câmara Técnica**. Foi apresentado inicialmente, pela Vice-Presidente Patrícia Polli, o Parecer Técnico referente ao processo Nº 4.697-0/2013 – colocação de paralelepípedos na av. Brasil Tâmega, solicitando: 1 – Justificativa técnico-ambiental para tal obra; 2 – Viabilidade ambiental considerando que a via é Estrada-Parque confluyente à REBIO – Reserva Biológica; 3 – Estudo de Impacto Ambiental no local, antecedendo a implementação; 4 – Proposta de Compensação Ambiental para os impactos; e, 5 – Estudo específico de implementação de Estradas-Parque englobando todas as existentes no território da Serra do Japi. Os conselheiros retomaram a discussão de realização de um concurso público para implementação das estradas-parques. Lembrou-se que as estradas que cortam o Território de Gestão da Serra do Japi tem características diferentes e que, portanto, devem ter um tratamento diferenciado. O conselheiro Rodrigo Salva informou que, recentemente, o estado criou uma estrada-parque no Parque Estadual Carlos Botelho, que poderia servir como referência. A Sra. Suzana Traldi questionou quem fará os levantamentos necessários para a implementação, tais como público de utiliza as estradas, frequência, etc. A Sra. Presidente informou que está sendo agendada uma reunião entre representantes do Conselho e as Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente e de Serviços Públicos e dessa reunião deverão sair as diretrizes necessárias para a realização do concurso, se for essa a determinação da administração. Questionou se os conselheiros consideravam importante convidar mais algum órgão. O conselheiro Thiago Cavalli destacou que seria importante a participação da Secretaria Municipal de Obras, uma vez que a manutenção das estradas passou a ser encargo dessa Secretaria, informação essa reiterada pelo Sr. Lourival Fagundes. Após as discussões, o Parecer foi aprovado pelos conselheiros presentes. Na sequência, foi feita a leitura do Parecer referente ao processo nº 26.982/2013 – obtenção de certidão de uso do

solo para implementação de Estação de Rádio Base de Telefonia Celular, solicitando: Justificativa técnica do empreendimento; 2 – Viabilidade do local para a implementação de Estação Radio Base de Telefonia Celular ser fora do território da Serra do Japi; 3 – Estudo de Impacto de Vizinhança no local, antecedendo a implementação; e, 4 – Proposta de Compensação Ambiental para os impactos. A Sra. Rosana Ferrari explicou ao Conselho que o empreendimento não é afetado pela lei do congelamento da Serra do Japi e que já existe uma torre no local. Na visão da CT, no entanto, isso não justifica a construção de outra. O Sr. Thiago Cavalli se lembrou do problema da somatória da radioatividade emitida pelas antenas. A Sra. Suzana Traldi lembrou que a questão paisagística é fundamental, pois as torres são agressivas e destoam da paisagem. O Conselheiro Rodrigo Salva argumentou que o Conselho deveria questionar porque a necessidade da instalação da antena ser na Serra do Japi. O Conselheiro Nivaldo Callegari destacou que a Câmara Técnica está exigindo a elaboração de EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) que terá que contemplar essas questões. O Sr. Diretor de Meio Ambiente, Flávio Gramolelli, informou que não se pode exigir o que não está na lei. Pode-se, apenas, recomendar. O Parecer foi aprovado, com as ressalvas de que seja solicitada a medição da radioatividade, considerando-se a somatória das torres e seja analisada a questão paisagística. **4) Ofício encaminhados:** A Sra. Presidente informou que a atual gestão já encaminhou 18 (dezoito) ofícios a diferentes órgãos. A Sra. Yone Candiotto questionou sobre o retorno dos mesmos. Foi apresentado o processo 25.443-4/2013, gerado a partir de um ofício destinado à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, sobre as desapropriações na Serra do Japi. O Sr. Flávio Gramolelli destacou que as informações ali constantes estão sendo revisadas e que, em breve, poderão ser enviadas informações mais consistentes. A Sra. Presidente lembrou do resultado positivo do ofício encaminhado ao Exército e destacou a importância de ser retomado o diálogo com o mesmo. **5) Outros Assuntos:** A Sra. Rosana Ferrari informou que a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente está dando início ao Plano Diretor Participativo e que foi solicitada a presença de um representante do CGSJ, nas capacitações promovidas pela Secretaria. Que em uma das capacitações que esteve presente, foi-lhe entregue um questionário que deverá ser respondido pelo Conselho, até o dia 06 (seis) de março próximo. Tendo em vista que não haverá tempo hábil para a Câmara Técnica se reunir antes da referida data, ficou acordado que os conselheiros receberão o questionário em seus e-mails pessoais e o devolverão, devidamente preenchido para a Sra. Presidente que se encarregará de organizar as informações e repassá-las à SMPMA. Os membros da Câmara Técnica citaram a necessidade de a Prefeitura oferecer a estrutura necessária para os trabalhos da CT. O CGSJ decidiu encaminhar ofício à SMPMA solicitando que a sala utilizada tenha a infra-estrutura necessária, ou, que seja verificada a possibilidade de utilização do espaço da Escola do Governo. A palavra foi passada para o Sr. Diretor de Meio ambiente, Flávio Gramolelli Júnior, que informou a intenção da administração de inaugurar o CREAM – Centro de Referência em Educação Ambiental, localizado no Bairro Santa Clara, na semana de 10 a 14 de março próximo. Uma das atividades propostas é realizar, no dia 15 de março, às 10h30, uma roda de conversa organizada pela Ong SOS Mata Atlântica sobre Programa de Incentivo à RPPN. O Sr. Diretor destacou a importância de o Conselho ser co-organizador do evento, uma vez que o mesmo será direcionado principalmente a proprietários de áreas na Serra do Japi. A Sra. Presidente destacou que se não puder auxiliar pessoalmente, outros conselheiros o farão. Foram levantadas as questões da existência de diagnósticos sobre a Serra do Japi e da revisão da Lei Complementar nº 417/2004. O Sr. Gramolelli informou que a minuta da lei está na Secretaria da Casa Civil para verificar se a proposta está em



consonância com o programa de governo da atual administração. Destacou que assim a minuta for liberada, será encaminhada à Câmara Municipal e aos Conselhos. O Sr. Nivaldo Callegari argumentou que não é prudente mandar o projeto para a Câmara antes de ouvir os Conselhos. Que a partir do momento que o PL for protocolado na Câmara ele pode ser votado, e que o Legislativo entende que os Conselhos devem ser ouvidos pelo Poder Executivo. O Conselho decidiu enviar um ofício à Secretaria da Casa Civil, com cópia para as Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente e ao Gabinete do Prefeito, solicitando que o PL não seja enviado à Câmara Municipal antes de ser enviado aos Conselhos e analisado pelas Câmaras Técnicas. A palavra foi então passada à convidada Yolanda Fernández Páes, que encaminhou uma denúncia ao Conselho sobre despejo de entulho não triado, por caminhões da Prefeitura, em estrada que dá acesso à Fazenda Ribeirão, na Zona de Conservação Ambiental da Ermida. O Conselho decidiu encaminhar ofício à Secretaria de Serviços Públicos solicitando informações sobre o procedimento. A Sra. Suzana Traldi destacou que várias obras estão sendo realizadas na av. Atilio Gobbo, na região de Santa Clara. Foi relatado, também, fato ocorrido na av. Luiz Gobbo, em cachoeira próxima à Morangaba, onde visitantes fecharam a via com veículos, impedindo a passagem até de moradores. O Sr. Gramolelli lembrou que a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente não tem como autuar e mesmo a Guarda Municipal necessita do apoio da Polícia Militar. Sugeriu que o Conselho faça reuniões com cada órgão envolvido na fiscalização. O Conselho decidiu encaminhar ofício à Polícia Militar, solicitando apoio na fiscalização. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu Luciana Maretti _____, lavrei a presente Ata que via assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

Daniel Silva	
José Fernando Christino Netto	
Lourival Fagundes	
Maria Romilda G. Mariotti	
Nivaldo Callegari	
Patrícia Regina Polli	
Rodrigo Salva	
Rosana Ferrari	
Suzana Traldi	
Thiago Cavalli	
Wagner Cubero	
Wagner de Paiva	
Yone Guatta Candiotto	

